

INTERPELAÇÃO ORAL

Mecanismos de prevenção de comportamentos desviantes em adolescentes durante as férias de Verão e o novo ano lectivo

O Governo dá sempre grande importância ao bem-estar dos estudantes. Além da “Rede Interdepartamental de Protecção para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil”, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude criou o “Grupo de trabalho para acompanhamento da saúde mental e física dos jovens – Caminhar com amor” e a página temática “Escola Harmoniosa, Transportar o Amor - Recusar o *Bullying*”. Mais, a Polícia Judiciária também, através da “Secção de Acompanhamento de Menores”, estabeleceu com as escolas um mecanismo de alerta e notificação para o cumprimento da lei pelos adolescentes. Mas, com a aproximação das férias de Verão e o subsequente início do novo ano lectivo, os adolescentes, nas férias prolongadas e com as mudanças de ambiente, são facilmente influenciados pela Internet e pelos amigos, e têm conhecimento insuficiente das leis, o que representa novos desafios para os mecanismos de prevenção. Assim, as autoridades devem aperfeiçoar o sistema de apoio que abrange a “prevenção na escola”, a “intervenção interdepartamental” e a “protecção comunitária”, para potenciar de forma mais abrangente os benefícios combinados da rede de protecção.

Em primeiro lugar, na fase de “detecção precoce e intervenção precoce”, as orientações de divulgação e as ferramentas pedagógicas são fundamentais. O Manual Prático “Escola Harmoniosa — Prevenção do *Bullying*” apoia os professores e agentes de aconselhamento a transmitir aos alunos formas correctas de relacionamento entre pares. Perante comportamentos desviantes novos e complexos, se for possível aprender com as experiências das regiões vizinhas, integrando os casos concretos dos tribunais e a identificação dos sinais precoces de comportamento problemático, tal reforçaria a capacidade de decisão dos

profissionais na linha da frente, e também serviria como material pedagógico convincente, permitindo aos adolescentes compreender profundamente a gravidade dos actos e as consequências legais, consolidando desde a origem a consciência do cumprimento da lei. Mais, há que criar mecanismos duradouros de divulgação e formação, assegurando que os educadores dominem efectivamente estas ferramentas e as utilizem de forma flexível, o que constitui a base para aumentar a eficácia preventiva.

Além disso, durante as férias de Verão, os adolescentes afastam-se da escola, têm mais tempo livre e mudam os horários, podendo frequentar espaços públicos em qualquer período do dia ou da noite devido a necessidades de socialização, aumentando o risco de exposição a más influências, dependência da Internet ou até mesmo de comportamentos ligeiramente ilegais. Perante riscos ambientais contínuos, o Governo deve integrar as instituições de serviços sociais de cada zona, avaliar dinamicamente os “pontos de alto risco” onde os jovens tendem a concentrar-se e, conforme as actividades diurnas e nocturnas, ajustar os horários e a cobertura das acções de patrulha e de proximidade social. Mais, deve optimizar as instalações e o ambiente dos espaços públicos comunitários, instalando equipamentos desportivos, culturais ou de lazer, como forma de orientação positiva, substituindo a mera gestão passiva, incentivando os adolescentes a aproveitar as férias para participar em actividades saudáveis e reduzindo, a partir da fonte, a ocorrência de comportamentos desviantes.

Por outro lado, o crescimento dos adolescentes está intimamente ligado à educação familiar. As autoridades devem, com base no plano “Academia de Pais”, incluir temas como a identificação de riscos e a resposta a crises, para orientar os pais no acompanhamento das mudanças de comportamento dos filhos, no estabelecimento de normas familiares e na comunicação efectiva, incentivando mais pais a transformarem estas ideias em acções concretas. Esta medida pode contribuir para os encarregados de educação cumprirem as suas responsabilidades legais e acompanharem a vida dos filhos, e ainda para reforçar a colaboração tripartida entre “família, escola e comunidade”, consolidando ainda mais a linha

de defesa contra comportamentos desviantes em adolescentes.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. De que mecanismos concretos e duradouros de divulgação e promoção dispõem as autoridades, para garantir que todos os docentes na linha da frente tenham pleno conhecimento e domínio dos conteúdos do manual, como a prevenção do *bullying*, e a educação emocional e psicológica, e que os apliquem efectivamente na prática diária?

2. Com a chegada das férias de Verão e o conseqüente aumento do risco de comportamentos desviantes entre os adolescentes, vão as autoridades integrar as instituições de serviços sociais de cada zona, delimitar pontos críticos de alto risco, aumentar a frequência da patrulha dos assistentes sociais e promover a remodelação dos respectivos espaços comunitários, para criar um ambiente comunitário mais saudável?

3. Para incentivar mais pais a desempenharem o seu papel como primeira linha da protecção familiar, que medidas vão adoptar as autoridades para optimizar a estrutura curricular e os canais de divulgação da componente juvenil da “Academia de Pais”, incentivando mais pais a participar nestes cursos e aumentando o seu envolvimento real na prevenção quotidiana e na comunicação eficaz?

27 de Junho de 2026

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Loi I Weng